

ENUNCIÇÃO E DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM: SOBRE A QUESTÃO DA NOMEAÇÃO

LANGUAGE ENUNCIATION AND DISORDERS: DISCUSSING THE QUESTION OF NOMINATION

Jefferson Lopes Cardoso
Mestre em Estudos da Linguagem
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(jeffersonlopescardoso@yahoo.com.br)

Juliana Krause Sachetti
Graduada em Fonoaudiologia
Centro Universitário Metodista IPA
(juli_krause@yahoo.com.br)

RESUMO: O tema deste trabalho é construído a partir de um diálogo da linguística da enunciação, mais especificamente da teoria de Émile Benveniste, com o campo da fonoaudiologia. O objetivo é o de refletir sobre a função da nomeação nos casos de distúrbio de linguagem presentes na clínica de linguagem da fonoaudiologia. Dessa forma, sustenta-se a ideia de que o estudo da função da nomeação nos distúrbios de linguagem remete à análise da posição de enunciador que o indivíduo ocupa e os meios linguísticos singulares que ele utiliza para se marcar como falante na língua.

Palavra-chave: Distúrbios de linguagem; Nome; Enunciação; Forma; Sentido.

ABSTRACT: The theme of this work is constructed from a dialogue of Enunciation Linguistics, specifically from the theory of Émile Benveniste, in the phonoaudiology. The aim is to reflect on the function of nomination in cases of language disorders present in language phonoaudiology clinic. Thus, it is argued that the idea of the study of the function of the nomination in language disorders refers to the analysis of the position of the enunciator that the individual occupies and the singular linguistic means that he/she uses to distinguish himself/herself as speaker in the language.

Keywords: Language disorders; Name; Enunciation; Form; Meaning.

Introdução

Na fonoaudiologia, os distúrbios de linguagem recebem diferentes classificações e denominações. Em consequência disso, existem também diferentes abordagens clínicas para o tratamento de pessoas que apresentam dificuldades no âmbito da linguagem. Neste trabalho, o enfoque teórico utilizado para refletir sobre os distúrbios de linguagem¹ é a teoria da enunciação de Émile Benveniste. Como justificativa para o uso dessa teoria está o fato de a perspectiva semântica

¹ Apesar de constar nas bibliografias existentes diversas classificações e denominações sobre este conceito, neste trabalho está sendo considerado como 'Distúrbio de Linguagem' toda e qualquer alteração relacionada ao uso da língua pelo falante, seja ela no nível semântico, fonológico, articulatorio ou sintático.

desenvolvida por Benveniste estudar não apenas as marcas formais no enunciado, mas também o processo de sua produção: o sujeito, tempo e espaço. Nesse panorama, a enunciação é o ato de tornar fala a língua (FLORES & TEIXEIRA, 2005).

A questão que norteou essa pesquisa foi pensar sobre o papel do fonoaudiólogo como interlocutor no tratamento de crianças que apresentam algum distúrbio de linguagem. Tendo em vista esse questionamento, foi formulado o objetivo principal deste estudo: discutir a função da nomeação nos casos de distúrbio de linguagem na clínica de linguagem da fonoaudiologia.

A nomeação, ou o emprego do nome, evidencia uma diferença de interesse no campo dos estudos linguísticos e na clínica de linguagem na fonoaudiologia. Esse conflito de interesses é relevado a partir da teoria mobilizada, o que encaminha uma proposta terapêutica que considere a intersubjetividade na linguagem.

Inicialmente o trabalho discute a função do nome nos estudos linguísticos e na clínica de linguagem na fonoaudiologia. Em seguida, são expostos os conceitos da teoria de Benveniste pertinentes a esta pesquisa. Na sequência, apresenta-se a metodologia, que segue os princípios de uma teoria enunciativa. Nessa perspectiva, a metodologia utilizada foi construída para os propósitos do trabalho em questão, onde as relações de forma e sentido na linguagem são analisadas a partir de três recortes de diálogos extraídos de atendimento clínico. Assim, após a transcrição e análise dos dados, que enfocou o funcionamento enunciativo dos participantes do diálogo, são feitas as considerações finais do trabalho.

A função do nome nos estudos linguísticos e na clínica de linguagem² da fonoaudiologia

Esse tópico trata da questão do nome. O que vem a ser o nome? Buscou-se marcar aqui que existe uma diferença de interesse sobre esse tema, não só no campo dos estudos linguísticos, como também na clínica de linguagem na fonoaudiologia, o que, certamente deve implicar numa diferença de conceituação. No entanto, o objetivo não é um estudo aprofundado sobre esse tema, por duas razões: a primeira está relacionada ao fato de não ser esse um conceito abordado

² O termo “clínica de linguagem” é empregado aqui para referir a área da fonoaudiologia que se ocupa dos distúrbios de linguagem.

diretamente na fonoaudiologia, sendo essa referência observada na literatura da área; a segunda razão é pelo complexo tratamento que o tema suscita nos estudos linguísticos. Portanto, a intenção se restringe em mostrar a diferença de abordagem sobre o nome nos dois campos, para que mais adiante essa discussão possa oferecer subsídios suficientes às análises e conclusões do trabalho.

Segundo Monteiro (1987), a morfologia trata da estrutura e dos processos de flexão e formação de palavras. Essa área de estudos tem ainda, segundo a tradição gramatical, a tarefa de classificar os vocábulos, o que não é uma tarefa fácil devido à necessidade de respeitar a coerência estrutural que o sistema linguístico apresenta.

O autor destaca que o principal problema em torno da classificação dos vocábulos é que, muitas das vezes, ignora-se que ela não é do âmbito exclusivo da morfologia. Monteiro (1987) lembra que se o vocábulo apresenta forma, função e sentido, parece evidente que os critérios mórfico, sintático e semântico se conflitam em qualquer tentativa de classificação. Assim, tem-se diferentes classificações para os vocábulos da língua portuguesa. A mais clássica delas é lembrada por Rosa (2005), que distingue dez classes de palavras: nome, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

Monteiro (1987), por sua vez, faz uma distinção entre classe e função. Nessa direção o nome, o pronome e o verbo são classes; o substantivo, o adjetivo e o advérbio são funções³. A classe é identificada por critérios mórfico e semântico e a função é de natureza sintática, ou seja, varia de acordo com o relacionamento dos termos. Observa-se então que, segundo Câmara Jr. (2006), o nome pode assumir a função de: a) substantivo, quando é tratado como “termo determinado”; b) adjetivo, quando é o “termo determinante” de outro nome; c) advérbio, quando serve de determinante a um verbo.

Na fonoaudiologia não é comum encontrar-se estudos específicos sobre a questão do nome. O que foi possível observar, através da bibliografia, é que o termo

³ Embora saibamos da existência de pontos de vistas nem sempre homogêneos em torno da definição dessas funções, traremos um conceito breve somente para situar o leitor acerca do tema. Assim, temos que o substantivo é a palavra que designa os seres em geral (pessoas, coisas, lugares), embora nem sempre (ex: justiça, fé, doença, ideia, etc.). O adjetivo é a palavra que expressa qualidade, mas que também pode funcionar como substantivo (ex: beleza, o belo, etc.). O advérbio é a palavra que indica direção/lugar, tempo, modo, intensidade, ou seja, exprime uma circunstância (ex: aqui, hoje, suavemente, muito, etc.).

nome aparece nos capítulos referentes à avaliação e tratamento dos distúrbios de linguagem sem nenhuma reflexão teórica específica, sendo empregado até sem um rigor terminológico.

Isso é o que se pode constatar em um teste de linguagem infantil no qual, no item vocabulário, cujo objetivo é a verificação da competência lexical, a autora dá a seguinte instrução:

Apresente a figura e pergunte: O que é isso? para todos os objetos; Que cor é esta? para as cores; Que forma é esta? para as formas e Quem é ele/ela? Para as profissões. Aguarde 10 segundos, caso a criança não nomeie a figura, apresente a seguinte repetindo a pergunta (BEFI-LOPES, 2000, p. 42) [grifo nosso].

Em outro livro, que trata de um modelo de terapia, encontra-se o seguinte enunciado: “as sondagens para se verificar os progressos da criança após cada ciclo são feitas sob a forma de tarefas de nomeação de figuras isoladas, sem o uso da repetição (MOTA, 2001, p.48)” [grifo nosso].

Vê-se então que o nome, e mesmo o ato de nomeação, na avaliação e tratamento de indivíduos que apresentam distúrbio de linguagem está vinculado basicamente à função de substantivo. Outro ponto observado é que o nome é solicitado enquanto unidade isolada, sendo essa uma tarefa a qual o indivíduo, em tratamento, deve executar para que o fonoaudiólogo saiba se ele relaciona o nome ao que representa, ou se consegue falar a palavra na forma considerada “correta”.

Uma abordagem enunciativa da linguagem

Nesta parte serão desenvolvidos alguns dos conceitos formulados por Benveniste em sua teoria da enunciação. A abordagem se deterá particularmente à noção de subjetividade, as noções de forma e sentido, e a alguns pontos sobre o que o autor designou de aparelho formal da enunciação.

Para Benveniste a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito remetendo-se como “EU” no discurso. Esse fato fundamenta a subjetividade na linguagem (BENVENISTE, 2005). Porém, sempre que o sujeito emprega o “eu”, o faz sempre se dirigindo a um “tu”. Forma-se então uma condição de diálogo que é constitutiva da pessoa, pois exige comportamento recíproco de cada sujeito implicado no discurso. A polaridade da pessoa é fator fundamental na linguagem, em que o processo de comunicação é apenas uma consequência

pragmática.

No texto “A forma e o sentido na linguagem” (2006), Benveniste se propõe a discutir essas duas noções gêmeas – forma e sentido. Em uma noção simplista o sentido está relacionado ao conjunto de procedimentos de comunicação que é compreendido da mesma maneira por um conjunto de locutores. Em outras palavras, consiste em dizer que: o sentido é tudo aquilo que na comunicação possa ser compreendido pelos sujeitos que ali a usam. Já a forma é o arranjo formal do que é dito, a maneira pelo qual o conteúdo está disposto para ser compreendido pelo locutor. Segundo o autor, opor forma e sentido é uma convenção banal, porém, se essa oposição for reinterpretada considerando-se o funcionamento da língua, chegaremos no centro do problema mais importante da linguagem: a significação.

Segundo Benveniste (2006), quando nos comunicamos com outras pessoas não utilizamos apenas signos soltos com a intenção de expressar ideias. Essa comunicação normalmente é feita através de frases, mesmo que elas se apresentem incompletas ou mal formuladas. Surge então a seguinte interrogação: Que função comunicativa a frase ocupa na língua? Para responder a essa pergunta Benveniste explica que o signo e a frase são dois “mundos” distintos e, por isso, exigem descrições também distintas. A frase, nesse sentido, tem a função de comunicar, ou seja, ela representa o que Benveniste (op. cit.) designou de “a língua como semântica”.

A língua, como função semântica, é que permite a relação do homem com o homem, e do homem com o mundo, sendo capaz de transmitir informações, comunicar experiências, solicitar resposta, ou seja, organizar toda a vida do homem (BENVENISTE, 2006). Para isso, tem-se como a expressão semântica a própria frase, que mantém os sujeitos na produção do discurso. Neste caso, não se trata do significado do signo, mas sim do que o locutor quer dizer, ou seja, da atualização linguística de seu pensamento.

Através da noção semântica, o sentido se realiza sobre uma forma específica que é o sintagma, diferente do semiótico que aparece sobre forma de paradigma. Assim, o sentido da frase é de fato a ideia que ela exprime. E isso ocorre formalmente na língua através de sua organização sintática, sendo dominado pela condição do sintagma, destinado a transmitir um determinado sentido, numa determinada circunstância. Dessa forma, toda a frase participa sempre do “aqui e

agora” em qualquer idioma que seja. Toda forma verbal está ligada no presente e acontece num conjunto único de circunstâncias.

É importante esclarecer o processo do “sentido” em semântica. Até porque o sentido da frase é algo bem diferente do sentido das palavras que a compõe. A partir da ideia, que é particular, o locutor seleciona palavras que neste emprego terão um sentido também particular. Isto é, a palavra pode ser compreendida no seu caráter individual, mas pode não ser compreendida no resultado da sua junção com outras palavras. A frase, então, não existe senão no instante em que é pronunciada e logo após se apaga, pois é um acontecimento que desaparece.

Quando Benveniste fala de frase, essa não é tomada como uma sentença gramatical, mas como um enunciado dito por alguém em determinadas circunstâncias. Em “O aparelho formal da enunciação” (2006), Benveniste define a enunciação como o ato de produzir um enunciado e não o texto do enunciado. A relação entre os interlocutores é o que permite este ato, visto que a enunciação se caracteriza pela conversão, individual, da língua em discurso. Neste caso, é a semantização da língua que permite esta relação de sentido, e que está no centro da enunciação.

Através da realização individual, a enunciação se define, em relação à língua, como processo de apropriação. Isso significa que o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia com sua posição de locutor. Imediatamente a essa apropriação, o locutor requer um “outro”. Assim, toda enunciação é uma alocação que pede um alocutório.

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua própria fala. Desta forma, a presença do locutor na enunciação possibilita que cada instância do discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação se manifesta através de formas específicas e sua função será de colocar o locutor em relação constante com a sua enunciação.

Além das formas, a enunciação possibilita condições para as funções sintáticas. Essas funções influenciam de alguma maneira o comportamento do alocutório no discurso. O primeiro aparelho de funções é a interrogação, cuja enunciação suscita uma resposta do “outro”. Assim, todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação surgem deste aspecto da enunciação. De outra maneira,

encontra-se os termos de intimação, que são ordens ou apelos que implicam uma relação imediata do enunciador com o outro através de uma referência ao tempo da enunciação.

Neste mesmo repertório do aparelho de funções, está a asserção. Essa tem como função enunciar uma certeza. Como afirma Benveniste: “..é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação...” (2006, p. 86), pois ela implica as palavras sim e não para elucidar a posição do locutor no discurso, seja afirmativa ou negativamente.

De forma geral, a enunciação se caracteriza realmente pela relação discursiva entre parceiros. E essa característica se encontra no quadro figurativo da enunciação. A relação de discurso coloca duas “figuras” necessárias na enunciação. Uma que dará origem ao discurso e a outra, que dará um fim. Essa estrutura é o que caracteriza o diálogo, sendo as duas “figuras” protagonistas da enunciação.

Transcrição e análise de diálogos

Considerando a irrepitibilidade da enunciação, a transcrição e a análise são realizadas de acordo com uma metodologia de cunho enunciativo. Nessa direção, transcrever é enunciar e, portanto, é ato submetido à efemeridade da enunciação. Em linhas gerais, a metodologia de transcrição proposta respeita os seguintes pontos (FLORES; KUHN, 2006):

- a) Transcrever é condição da análise empreendida, sendo até mesmo uma etapa da análise;
- b) Cada transcrição é sempre única, singular e não linearmente extensível;
- c) Não há integralidade na transcrição;
- d) Não há transcrição generalizável;
- e) A transcrição segue algumas convenções que permitirão a maior aproximação possível da cena dialógica entre terapeuta e paciente.

Os diálogos transcritos e analisados serão em número de três, sendo apresentados, respectivamente, como recorte 1, 2 e 3. Trata-se de diálogos extraídos de um atendimento fonoaudiológico, em que estão presentes 3 participantes, sendo um paciente e dois terapeutas. O critério de seleção do

paciente foi o diagnóstico clínico de “distúrbio de linguagem”, tal como conceituado na introdução. O paciente é um menino de 4 anos de idade, sem nenhum comprometimento auditivo, neurológico, ou cognitivo. Cabe ressaltar que a apresentação dos dados não tem um caráter exaustivo, visto tratar de uma pesquisa de caráter qualitativo em que o dado tem o objetivo de ser representativo do que se pretende mostrar.

No início da apresentação do dado será fornecida a sua contextualização enunciativa. Os referidos diálogos não são apresentados necessariamente na ordem temporal em que ocorreram na sessão de atendimento. Os enunciados ditos na sessão serão dispostos em duas colunas, sendo na coluna esquerda os enunciados proferidos por terapeutas (T1 e T2⁴), e na coluna da direita os proferidos pelo paciente (P), numerados de acordo com a sequência de fala no diálogo. Cabe salientar que a transcrição da fala não obedeceu a uma transcrição fonética, visto que o objetivo da pesquisa é uma análise do funcionamento enunciativo dos participantes do diálogo. As transcrições serão apresentadas de acordo com a escrita gráfica oficial, sendo utilizadas convenções⁵ específicas para os propósitos da pesquisa. A pesquisa foi realizada na clínica escola do Centro Universitário Metodista IPA – Porto Alegre-RS, sendo aprovado pela Comissão de Ética da Instituição através do protocolo nº 364/2008. Foi também assinado o ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’ por todos os sujeitos envolvidos na pesquisa (conforme Resolução MS/CNS/CNEP nº 196/96).

Apresentação dos diálogos

Contextualização: paciente está sentado diante de uma mesa pintando com tinta e pincel numa folha, e a terapeuta acompanha sua atividade.

⁴ Marcamos uma diferença entre T1 e T2, visto que T1 é a terapeuta responsável pelo atendimento e T2 é a pessoa que está gravando a sessão, que também é uma estagiária de fonoaudiologia. Como T2 também participa do diálogo em alguns momentos, é necessários transcrever também a sua fala.

5 CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO

(.) um ponto entre parênteses indica que há uma pausa curta intra ou interturnos.

(...) três pontos entre parênteses indicam que há uma pausa longa intra ou interturnos.

Palavra ou segmento escrito em letra maiúscula (ex: PALAVRA) indica fala com intensidade forte.

() parênteses vazios indicam que o transcritor foi incapaz de transcrever o que foi dito – segmento ininterpretável.

(()) parênteses duplos indicam comentários do transcritor.

Acentos podem ser utilizados para marcar entonação dada em determinado segmento da palavra. (ex: quél=quero)

Recorte 1**T1****P**

1) Tá. Mas me conta o que tu vai desenhar?

2) ().

3) O que tu vai desenhar? Tu vai desenhar um carro, um casa?

4) desenha uma causa.

5) um carro?

6) ().

7) T2 – e que cor é essa? Que tu vai pintar?

8) azuuuul. Fala pra ela.

9) zu. ((pintando na folha))

10) T2 – ah.

11) oh! Pega um pouquinho de tinta e pinta. Isso. Esse é teu carro?

12) não

13) não? O que que é?

14) ().

15) o que que é?

16) ().

17) T2 – o que que é Reyel?

18) ().

19) cuidado para não sujar a mesa. Não pode pintar na mesa. Só na folha tá?

20) ().

21) senão vai sujar toda a mesa.

22) (). Não coloca () pra cá.

23) oi?

24) ().

25) colocar mais pra cá?

26) é.

Recorte 2**T1****P**

1) sabe o nome desta cor?

2) ((fez que sim com a cabeça))

3) qual?

4) é, comu nome do cor eu não sei

5)tu não sabe? É AMARELO. Como é que é o nome?

6) vemelho

7) amarelo. (.) T2 – tu pode desenhar

o sol. Não quer desenhar o sol?

9) T2 - O sol. Que cor é o sol? T1 – não é dessa cor?

11) T2 – é o sol

13) T2 – vai desenhar todo o sol?

15) T2 - são vários sóis? T1 – é um sol ou um monte de sol?

17) T1 e T2 – todos?

19) pode continuar a pintar

21) acabou a tinta

23) tem que molhar mais um pouquinho

25) que que tem essa tinta

27) de quem é?

29) é minha. Eu trouxe pra gente pintar.

31) oi?

33) não entendi.

35) T2 – da tua casa. T1 – se é da minha casa?

37) é

39) porque eu trouxe da minha casa?

41) ué tu não queria pintar hoje?

43) então. Nós tínhamos combinado semana passada, lembra que agente ia pintar?

8) (). Não quélú

10) ((fez que sim com a cabeça)), essi é sol.

12) vo dese todú sol

14) é, vai ka quenti

16) todus

18) todú essi ((apontando))

20) ta momondo tinta. Momo tinta.

22) é

24) que essa tinta?

26) quem essa tinta?

28) é

30) ()

32) ()

34) essa tinta é mossá kaka? ((apontando para T))

36) é

38) poque tu tossi di casa?

40) é

42) queia

44) é

Recorte 3**T1****P**

1) (.)

3) Tu quer essa?

5) aqui é o potinho onde agente limpa o pincel ó.

7) olha a cor que ficou a água? Que cor que é?

9) Hien? É essa mesma cor aqui que agente falou antes. Tu lembra que cor que é?

11) azul?

13) como é que é o nome?

15) azuuuull.

17) esse papel aqui é para secar o pincel ó. Pra ficar com o pincel limpinho pra pegar outra cor.

19) vamos fazer o barulho do azul?
azuuuuuulllllll

20) agora essa? ((pega a tinta vermelha)).

22) o que tu vai fazer com essa cor?

24) oi?

26) qual é essa cor?

28) é o vermelho. VERMELHO.

30) isso.

2) eu queiu essa. ((pega a tinta vermelha)).

4) é.

6) é.

8) é.

10) é.

12) é.

14) (). ((tentou falar o nome))

16) essi papel risca?

18) (.)

19) é uuuuuu

21) é.

23) pintá. Que é essa cor? ((apontando)).

25) que essa cor?

27) é.

29) vemelhu.

Sobre a forma e o sentido

Propõe-se aqui discutir a relação forma/sentido na cena clínica apresentada. Inicialmente, destacam-se algumas passagens em que a terapeuta dirige uma pergunta ao paciente com o objetivo de solicitar apenas a forma da palavra, ou seja, a pergunta é direcionada com o objetivo de solicitação de uma pronúncia “correta”. Por exemplo, na passagem 7 do recorte 1, a T2 pergunta: e que cor é essa? Nesse caso a pergunta não tem a função de interrogação, mas sim a intenção de saber se P sabe nomear a cor. Isto é, a terapeuta conhece a cor e sua intenção é somente saber como será dita pelo paciente. Vê-se que antes mesmo de P responder, a T2 faz outra pergunta: Que tu vai pintar? e em seguida T1 enfatiza a pronúncia da cor em 8: azuuuul. Isso também é observado na passagem 5 do recorte 2. Nessa passagem a terapeuta novamente solicita um nome com o mesmo objetivo do anterior, que é buscar a forma “correta” da palavra, inclusive, ela mesma diz o nome da cor: AMARELO. Além de solicitar o nome para a pronúncia da palavra, percebe-se que outro objetivo da solicitação é verificar se P sabe relacionar o nome ao que representa. Ou seja, se ele realmente sabe que aquela cor tem como denominação a palavra “azul”. Dessa forma, a análise também visa verificar o conhecimento da criança sob o aspecto cognitivo. Esse objetivo é observado também na passagem 9 do recorte 2, porém com a cor amarela.

A solicitação do nome para a adequação da forma da palavra é exemplificada em outras passagens. No recorte 3 em 13: Como é que é o nome?. Em 15 e 19 a terapeuta fornece pistas articulatórias e entonacionais sobre a cor em questão (15: azuuuul; 16: vamos fazer o barulho do azul? Azuuuul). Em 28 a ênfase articulatória é na cor vermelho: VERMELHO.

Gostaríamos de ressaltar aqui um ponto de singular importância no nosso trabalho. Na sequência da passagem 15 e 16 (recorte 3) P pergunta: essi papel risca? Neste enunciado, além de aparecerem dois nomes (essi, papel), com suas respectivas funções (advérbio e substantivo), esses aparecem numa relação sintática no uso da língua. A relevância desse dado (fato) está na apropriação da língua por P, que usa a função sintática “interrogação”, que está prevista no aparelho formal da enunciação (BENVENISTE, 2006).

Outro exemplo referente ao que foi postulado acima está na passagem 23

(recorte 3), onde novamente P apropria-se da língua para fazer uma pergunta a T, logo após ter respondido a ela: pintá. Que é essa cor?. Nesse ponto reside uma diferença fundamental em: usar o nome para responder a uma forma enquanto unidade semiótica (passagem 29, recorte 3), e o uso do nome enquanto instância do discurso (passagens 16 e 23 do recorte 3). Trazemos esses exemplos por sua peculiaridade na relação dialógica entre T e P, pois nas passagens citadas é P quem pergunta pela cor, não ficando na posição “passiva” de ter que responder como um simples ato de dizer.⁶ Além disso, percebe-se que na sequência de passagens entre 17 e 44 (recorte 2) ocorre um diálogo entre T e P que evidencia uma posição de apropriação da língua dos dois sujeitos implicados na relação dialógica. No entanto, essa apropriação é feita pelos dois sujeitos de forma espontânea, e como consequência deste ato aparecem as funções de interrogação e asserção.

Conclusão

Nos diálogos apresentados constata-se que uma das características do distúrbio de linguagem apresentado por P. era a produção de enunciados ininteligíveis, visto que a forma de alguns signos utilizados por ele estava alterada. Por esse motivo a busca do sentido por parte de T. foi uma constante. Essa busca foi a condição do diálogo, exigindo um comportamento recíproco de cada sujeito implicado no discurso. É justamente nessa relação que os participantes do diálogo deixam suas marcas linguísticas na língua. Pode-se perceber as posições enunciativas que ambos os sujeitos ocuparam, ora quando eles interrogavam, ora quando faziam uma asserção, ou ainda uma intimação. Essas funções sintáticas, que constituem o quadro figurativo da enunciação (BENVENISTE, 2006) estão presentes no diálogo apresentado, tanto na fala de T., como na de P.

O que chamou a atenção foi: porque em alguns momentos a terapeuta solicitou o nome exclusivamente enquanto forma? A hipótese é que esse tipo de intervenção é marcadamente utilizada nos atendimentos fonoaudiológicos. Talvez seja a herança da construção de uma ciência que surgiu da intersecção com outras áreas. Entre essas áreas está uma pedagogia comportamentalista e uma linguística normativa que, ao serem convocadas para a construção de um campo do saber,

⁶ Essa questão é discutida em Aresi e Flores (2008).

fizeram com que a fonoaudiologia tivesse como um de seus pressupostos o ensinamento do falar “correto”. Não queremos dizer com isso que a forma deva ser suprimida das intervenções fonoaudiológicas, mas pensar que essa noção está na dependência do sentido, pois a significação é da própria natureza da linguagem.

A partir das análises, que foram subsidiadas pelo aporte teórico empregado, pôde-se concluir que o nome, diferente de como foi utilizado em alguns momentos no diálogo apresentado, pode assumir várias funções, como a de substantivo, adjetivo, e de advérbio. Outro ponto a ser destacado é que o nome está relacionado com o aspecto sintático e semântico da língua, ou seja, é no uso da língua que o signo tem existência (BENVENISTE, 2006). É o que Benveniste (*op. cit.*) chamou de função semântica da língua, onde o sentido se realiza sobre uma forma específica, que é o sintagma.

Ressalta-se que as conclusões relativas tanto ao papel do fonoaudiólogo como interlocutor, como ao da criança com diagnóstico de distúrbio de linguagem não podem ser generalizadas. Isso seria uma contradição, visto que a enunciação não é um nível de análise da linguagem, mas um ponto de vista teórico que considera o que é da ordem do singular. Entretanto, podemos encaminhar apontamentos que justifiquem o diálogo entre a clínica de linguagem na fonoaudiologia e os estudos enunciativos, quais sejam: forma e sentido são instâncias interdependentes na língua; cada sujeito se apropria da língua de forma singular; o sentido na linguagem é construído pelos participantes do diálogo; a língua como função semântica é que permite a relação do homem com o homem, e do homem com o mundo; enunciar é estabelecer uma relação forma/sentido particular.

Referências

ARESI, Fábio; FLORES, Valdir do Nascimento. O funcionamento enunciativo do par pergunta-resposta em situação de clínica dos distúrbios de linguagem. **Calidoscópico**, LOCAL, v. 6, n. 2, p. 86-95, maio/agosto. 2008.

BEFI-LOPES, Débora Maria. Alterações do desenvolvimento da linguagem. In: LIMONGI, Suely Cecília Olivan. In: **Fonoaudiologia - informação para a formação**: linguagem: desenvolvimento normal, alterações e distúrbios. Rio de

Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. p. 19 – 32.

BEFI-LOPES, Débora Maria. Vocabulário. In: ANDRADE, Cláudia Furkim de; BEFI-LOPES, Débora Maria; FERNADES, Fernanda Dreux; WERTZNER, Haydeie Fiszdein. **ABFW – Teste de linguagem infantil**. São Paulo: Pró-Fono Departamento Editorial, 2000.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. 5. ed. Tradução de Maria da Glória Novak et al. Campinas: Ed. Pontes, 2005.

_____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2. ed. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas: Ed. Pontes, 2006. 2ª ed.

BOONE, Daniel. R; PLANTE, Elena. **Comunicação Humana e seus Distúrbios**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 38. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

FLORES, Valdir do Nascimento; KUHN, Tanara Zingano. **Sobre a forma e o sentido na linguagem**: enunciação e aspectos metodológicos de estudo da fala sintomática. In: 7º Encontro nacional de aquisição de linguagem - ENAL, Porto Alegre/ RS: EDIPUCRS, 2006.

FLORES, Valdir; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Linguística da Enunciação**. São Paulo, Contexto: 2005.

MOTA, Helena Bolli. **Terapia fonoaudiológica para os desvios fonológicos**. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.